

# Relatório Anual

# 2014

## A Situação do País em Matéria de Álcool

Caracterização e Evolução da Situação

SUMÁRIO EXECUTIVO



# Sumário Executivo

---

2014, o segundo ano do novo ciclo estratégico - enquadrado pelo Plano Nacional para a Redução dos Comportamentos Aditivos e das Dependências 2013-2020 (PNRCAD) e o seu Plano de Ação 2013-2016 -, foi, na realidade, o primeiro ano pós elaboração destes documentos estratégicos. O PNRCAD define cinco objetivos gerais, com seis metas globais com 18 indicadores na área do álcool, a atingir no final dos dois ciclos de referência, 2016 e 2020.

De acordo com os dados mais recentes do *Global Information System on Alcohol and Health* (GISAH) relativos a alguns indicadores-chave sobre os níveis de consumo de bebidas alcoólicas em Portugal, em 2010, os indivíduos com 15 ou mais anos bebiam em média 12,9 litros de álcool puro por ano (18,7 l os homens e 7,6 l as mulheres), correspondendo a um consumo diário de 28 gramas de álcool puro por pessoa. O vinho representava 55% do consumo registado, seguindo-se-lhe a cerveja (31%) e as bebidas espirituosas (11%). De um modo geral, os valores nacionais destes indicadores são superiores aos registados a nível da Região Europa OMS. De acordo com as projeções do GISAH, para Portugal é expectável uma descida do consumo de álcool *per capita* até 2025 (12,5 l em 2015, 11,9 l em 2020 e 11,4 l em 2025).

Para além dos níveis de consumo, importa perceber os padrões de consumo da população, enquanto potenciadores de danos na saúde individual e saúde pública dos cidadãos.

De acordo com os resultados do *III Inquérito Nacional ao Consumo de Substâncias Psicoativas na População Geral, Portugal 2012* verificou-se, por comparação a 2007 e 2001, proporções superiores de abstinentes e desistentes na população total (26% e 12% em 2012) e na jovem adulta (28% e 11% em 2012), e em contrapartida, proporções inferiores do conjunto de consumidores recentes e correntes (61% em 2012, tanto na população total como na jovem adulta). Entre os consumidores recentes, o consumo diário de alguma bebida alcoólica era de 29%, com 26% dos consumidores a ingerirem diariamente vinho e 5% cerveja.

Tal como nos anos anteriores, em 2012, as prevalências de consumo *binge* foram superiores na população jovem adulta (18% do total e 30% dos consumidores recentes) por comparação à população total (12% do total e 20% dos consumidores recentes). Também as prevalências de embriaguez ligeira e severa foram mais elevadas nos jovens adultos (21% e 11% do total e 29% e 15% dos consumidores recentes) do que na população total (13% e 6% do total e 18% e 8% dos consumidores recentes). O grupo de 15-24 anos apresentou as maiores prevalências de

embriaguez ligeira e de embriaguez severa (respetivamente 34% e 19% dos consumidores recentes), constatando-se uma diminuição destas à medida que se avança no ciclo de vida.

Relativamente a padrões de consumo abusivo e dependência de álcool, de acordo com resultados do AUDIT, em 2012, cerca de 3,0% da população de 15-64 anos residente em Portugal tinha um consumo de álcool considerado de risco elevado/nocivo e 0,3% de dependência, sendo as proporções correspondentes nos jovens adultos, respetivamente de 2,1% e 0,4%. Cerca de 4,9% dos consumidores recentes de álcool de 15-64 anos tinham um consumo considerado de risco elevado/nocivo, e 0,5% de dependência, sendo as proporções correspondentes nos consumidores jovens adultos, respetivamente de 3,5% e 0,6%. Os resultados de avaliação do uso abusivo e dependência através do CAGE, que permitem a comparabilidade com os estudos realizados em 2007 e 2001, apontam para um decréscimo acentuado do consumo abusivo ou dependência entre 2007 e 2012, reforçando a tendência já verificada entre 2001 e 2007.

Em todas as etapas do ciclo de vida, o consumo de álcool, as práticas de consumo nocivo e o uso abusivo e dependência foram mais prevalentes no sexo masculino. O padrão geral de diminuição das prevalências de consumo entre 2007 e 2012 manteve-se em ambos os sexos.

A Madeira, os Açores e o Algarve foram as regiões (NUTS II) que se destacaram com prevalências de abstinentes acima das médias nacionais, e o Alentejo com as maiores prevalências do conjunto de consumidores recentes e correntes, na população total e na jovem adulta. O padrão nacional de evolução das prevalências de consumo entre 2007 e 2012 manteve-se em todas as regiões, exceto no Alentejo.

Em 2014, os resultados do *Inquérito Nacional de Saúde, 2014* relativos ao consumo de álcool evidenciaram prevalências e frequências do consumo recente de bebidas alcoólicas não muito distintas às do INPG 2012, apesar das diferenças metodológicas entre os dois estudos: 70% da população com 15 ou mais anos consumiu bebidas alcoólicas pelo menos uma vez, nos últimos 12 meses, sobretudo com uma frequência diária ou semanal. Ao nível do consumo *arriscado / binge*, os resultados do INS 2014 apontaram para valores muito superiores aos do INPG 2012: 33% da população consumidora referiu ter tomado, pelo menos uma vez, 6 ou mais bebidas alcoólicas numa única ocasião, com mais de metade a referir que o fez com uma frequência ocasional.

Segundo o *Flash Eurobarometer 2014*, a grande maioria dos jovens portugueses de 15-24 anos considerou o consumo regular de álcool como de *alto risco* (59%) ou de *médio risco* (36%) para a saúde. É de notar que a evolução nacional destas perceções entre 2011 e 2014 foi mais favorável que a evolução a nível do conjunto dos jovens europeus, o que permitiu que em 2014 se verificasse uma atribuição de maior risco para a saúde por parte dos jovens portugueses, tanto em relação ao consumo ocasional como regular de álcool.

No contexto das populações escolares, os estudos de 2011 – INME, ESPAD e ECATD – apresentaram prevalências de experimentação, de consumos recentes e atuais de álcool consistentes entre si: as de experimentação de uma *qualquer bebida alcoólica* variaram entre 37% (13 anos) e 91% (18 anos) no ECATD, situando-se no INME em 67% (3.º Ciclo) e em 93% (Secundário); as de consumo recente variaram entre 27% (13 anos) e 86% (18 anos) no ECATD, situando-se em 74% no ESPAD (16 anos), e no INME em 55% (3.º Ciclo) e em 87% (Secundário); e as de consumo atual variaram entre 13% (13 anos) e 70% (18 anos) no ECATD, situando-se em 52% no ESPAD (16 anos), e no INME em 37% (3.º Ciclo) e em 68% (Secundário).

Os resultados destes estudos evidenciaram um aumento das prevalências do consumo de álcool entre 2006/2011, mas uma descida entre 2007 e 2011. Quanto às prevalências de embriaguez, os três estudos apontaram para uma estabilidade ou ligeiro aumento dessas prevalências entre os mais novos e para um aumento entre os mais velhos entre 2006/2011 e 2007/2011.

De acordo com o estudo mais recente, o HBSC/OMS realizado em 2014, verificou-se entre 2010 e 2014 uma tendência de descida das frequências de consumo dos vários tipos de bebidas alcoólicas, bem como das prevalências e frequências de embriaguez.

Os resultados do estudo nacional realizado em 2014 na população reclusa (INCAMP, 2014) evidenciaram que, nesta população, as prevalências de consumo de bebidas alcoólicas fora da prisão não são muito diferentes das registadas na população geral em 2012: 64% dos reclusos declararam já ter consumido álcool alguma vez fora da prisão, 59% ter consumido nos últimos 12 meses e também nos últimos 30 dias antes da atual reclusão, com as cervejas e os vinhos a apresentarem as maiores prevalências de consumo. No entanto, as práticas de consumo nocivo fora da prisão, como a embriaguez e o *binge*, apresentaram prevalências superiores nesta população: 23% dos reclusos e, 39% dos consumidores nos últimos 30 dias antes da reclusão atual, declararam ter ficado embriagados neste período, sendo as prevalências do *binge* respetivamente de 33% e de 57%.

Quanto aos consumos em contexto de reclusão, como expectável, verifica-se uma redução importante com a entrada na prisão: 18% declarou ter consumido alguma vez na prisão (nesta e/ou anteriores reclusões) e, 12% e 11%, nos últimos 12 meses e nos últimos 30 dias na atual reclusão. As bebidas alcoólicas com um consumo recente e atual mais prevalente foram as cervejas e as bebidas alcoólicas de "fabrico artesanal" na prisão, sendo de notar também a menção a outras bebidas alcoólicas. 3% dos reclusos (28% dos consumidores nos últimos 30 dias) declararam ter ficado embriagados e 4% (34% dos consumidores) ter praticado *binge* nos últimos 30 dias na atual reclusão.

Cerca de 10% dos reclusos inquiridos declararam que, fora da prisão (antes da reclusão atual), já tiveram algum episódio de coma alcoólico que tivesse justificado a intervenção de um profissional de saúde, sendo residual a ocorrência em contexto de reclusão (0,7% em reclusões anteriores e 0,5% na atual reclusão).

No estudo realizado em 2008 e 2009 em contexto rodoviário, sobre a prevalência de álcool, drogas e medicamentos nos condutores em geral e nos condutores feridos ou mortos em acidentes de viação (Projeto DRUID), Portugal apresentou prevalências de álcool superiores às médias europeias. Uma das conclusões do estudo foi a de que o risco relativo de acidente e de lesão do condutor aumenta drasticamente com o aumento da TAS, sobretudo acima de 1,2 g/l.

No que respeita a problemas relacionados com o consumo de álcool, em 2014 estiveram em tratamento no ambulatório da rede pública 11 881 utentes inscritos como utentes com problemas relacionados com o uso de álcool. Dos que iniciaram tratamento em 2014, 930 eram utentes readmitidos e 3 353 novos utentes. Nos últimos anos há uma tendência de acréscimo no número de utentes em tratamento, registando-se nos últimos três anos os valores mais elevados de novos utentes e de readmitidos. Em 2014, nas redes pública e licenciada registaram-se 1 472 internamentos por problemas relacionados com o uso de álcool em Unidades de Alcoologia e Unidades de Desabilitação (1 465 na rede pública e 7 na licenciada), e 2 256 em Comunidades Terapêuticas (61 em CT públicas e 2 195 em CT licenciadas), correspondendo respetivamente a 65% e a 31% do total de internamentos naquelas estruturas. Pelo segundo ano consecutivo que

umentou o número de internamentos por problemas relacionados com o uso de álcool em UA/UD, contrariamente à tendência de descida nos anos anteriores. No caso das CT, persiste a tendência manifestada há já vários anos, de subida do número de internamentos por problemas relacionados com o uso de álcool.

Relativamente a doenças infecciosas entre estas populações em tratamento por problemas relacionados com o uso de álcool, em 2014, as prevalências nos vários grupos de utentes enquadram-se no padrão dos últimos anos: VIH+ (1% - 5%), VHC+ (3% - 67%) e AgHBs+ (0% - 4%). Entre os utentes em ambulatório constata-se uma estabilidade das prevalências e das novas infeções de VIH+ e de VHC+ nos últimos quatro anos, embora tendencialmente com valores inferiores aos registados nos dois anos anteriores.

Em 2014 registaram-se em Portugal Continental 5 768 episódios de internamento hospitalar (altas hospitalares) com diagnóstico principal atribuível ao consumo de álcool, na sua maioria relacionados com doença alcoólica do fígado (67%) – com destaque para a cirrose alcoólica (53%) – e o síndrome de dependência alcoólica (20%). Constata-se nos últimos três anos uma diminuição no número destes internamentos, representando em 2014 um decréscimo de -7% face a 2013 e de -17% em relação a 2012.

No entanto, se se considerar para além do diagnóstico principal também os secundários, o número de internamentos atribuíveis ao consumo de álcool é bastante superior – 34 272 internamentos em 2014 –, e têm vindo a aumentar ao longo dos últimos anos (+1,4% entre 2013 e 2014). Em 2014, os internamentos relacionados com o consumo de álcool representaram, no total de internamentos hospitalares registados em Portugal Continental, cerca de 0,36% e 2,13%, consoante se considere apenas o diagnóstico principal ou para além do diagnóstico principal também os secundários.

Segundo as estatísticas nacionais da mortalidade do INE, I.P., em 2013 registaram-se em Portugal 2 301 óbitos por doenças atribuíveis ao álcool, representando 2,15% do total de óbitos e uma ligeira diminuição em relação a 2012 (-5%). A maioria destes óbitos pertencia ao sexo masculino (79%). A taxa de mortalidade padronizada para todas as idades foi de 16,2 óbitos por 100 000 habitantes, sendo inferior para as idades abaixo dos 65 anos (11,6) e bastante superior para as idades de 65 e mais anos (53,2). Em 2013, o número médio de anos potenciais de vida perdidos por doenças atribuíveis ao álcool foi de 13,3 anos. De um modo geral, constata-se para os vários indicadores da mortalidade por doenças atribuíveis ao álcool, uma tendência de estabilidade entre 2009 e 2011, registando-se nos últimos dois anos e particularmente em 2013, um decréscimo para a maioria dos indicadores.

Quanto à mortalidade atribuída a perturbações mentais e comportamentais devidas ao uso de álcool, uma das categorias de doenças atribuíveis ao álcool, em 2013 foram registados 84 óbitos em Portugal, representando 0,1% da mortalidade no país e 4,1% dos óbitos por doenças atribuíveis ao álcool. Nos últimos três anos constata-se uma diminuição no número destes óbitos (- 15% em 2013, após as descidas de -12% em 2012 e de -23% em 2011).

Quanto à informação dos registos específicos de mortalidade do INMLCF, I.P., em 2014, dos 829 óbitos positivos para o álcool e com informação sobre a causa de morte, cerca de 33% foram atribuídos a acidente (incluindo os de viação), 31% a morte natural, 18% a suicídio e 5% a intoxicação alcoólica. Cerca de metade (46%) dos 44 óbitos atribuídos a intoxicação alcoólica apresentaram resultados positivos só para o álcool, e em 45% dos casos foram detetados só álcool e medicamentos, em particular benzodiazepinas. Das 140 vítimas mortais de acidentes de viação que estavam sob a influência do álcool (TAS  $\geq$  0,5g/l), cerca de 72% eram condutores, 21%

peões e 7% passageiros. 85% destas vítimas tinham uma TAS  $\geq 1,2\text{g/l}$ . Nos últimos anos verifica-se uma tendência de diminuição no número de vítimas mortais de acidentes de viação sob influência do álcool (-17% entre 2013 e 2014), designadamente na situação de condutor, um indicador das metas do PNRCAD 2013-20 (-16% entre 2013 e 2014 e - 27% entre 2012 e 2014).

Ao nível de problemas sociais/legais, em 2014 foram registadas 88 situações comunicadas às CPCJ e em processos instaurados em que a criança/jovem assume comportamentos que afetam o seu bem-estar relacionadas com o consumo de bebidas alcoólicas, e 123 situações por exposição a comportamentos que possam comprometer o bem-estar e desenvolvimento da criança relacionadas com o consumo de bebidas alcoólicas, valores ligeiramente inferiores aos registados nos dois anos anteriores.

No âmbito da criminalidade registada diretamente relacionada com o consumo de álcool, em 2014 registaram-se 20 752 crimes por condução com TAS  $\geq 1,2\text{g/l}$ , representando 52% do total de crimes contra a sociedade e 6% da criminalidade registada em 2014. A tendência de aumento destes crimes verificada entre 2009 e 2012, foi invertida nos últimos dois anos, com os valores de 2014 a registarem uma diminuição (-16%) em relação a 2013. No entanto, mantém-se a tendência de aumento das proporções destes crimes no total da criminalidade registada e no conjunto da categoria de crimes contra a sociedade

A 31/12/2014 estavam em situação de reclusão, 304 indivíduos por crimes de condução em estado de embriaguez ou sob a influência de estupefacientes ou substâncias psicotrópicas e 2 indivíduos por embriaguez e intoxicação. Apesar da estabilidade no número destes reclusos entre 2013 e 2014, verifica-se nos últimos seis anos uma tendência de acréscimo (+135% entre 2009 e 2014).

Em relação à criminalidade potencialmente relacionada com o consumo de álcool, em 2014 foram registadas pelas Forças de Segurança 27 317 participações de violência doméstica, 41% das quais com sinalizações de problemas relacionados com o consumo de álcool por parte do/a denunciado/a. Esta proporção não tem sofrido oscilações relevantes nos últimos cinco anos.

Alguns resultados do *Inquérito Nacional sobre Comportamentos Aditivos em Meio Prisional, 2014*, são ilustrativos da importância da criminalidade indiretamente relacionada com o consumo de álcool, designadamente a cometida sob o efeito de álcool. Em 2014, cerca de 28% dos reclusos declararam estar sob o efeito de álcool quando cometeram o/os crime/s que motivaram a atual reclusão. Em relação aos crimes cometidos sob o efeito do álcool, destacaram-se o roubo, o furto e as ofensas à integridade física, seguidos dos crimes de condução sem habilitação legal, os de condução em estado de embriaguez ou sob a influência de estupefacientes ou substâncias psicotrópicas, homicídio e tráfico de drogas. Comparativamente aos crimes cometidos sob o efeito de drogas, os cometidos sob o efeito de álcool estão associados a crimes mais violentos e com penas mais pesadas.

No domínio dos mercados, 2014 representou o "ano piloto" na implementação da legislação em matéria de álcool produzida em 2013, que se traduziu na introdução de medidas mais restritivas na disponibilização, venda e consumo, bem como na condução sob o efeito do álcool, com a finalidade de proteger a saúde dos cidadãos. Também ao nível da regulação se constata, nos últimos anos, uma preocupação acrescida em matéria de comunicação comercial (incluída a publicidade) de bebidas alcoólicas, destacando-se a produção pelo ICAP – Instituto Civil da Autodisciplina da Comunicação Comercial –, de Códigos de Conduta sobre esta matéria.

Em 2014 foi publicada múltipla legislação relativa ao setor vitivinícola, como a relacionada com os regimes de produção e comércio dos vinhos com direito a denominação de origem ou indicação geográfica, de forma a contribuir para o aumento do valor económico dos produtos delas provenientes.

No âmbito da fiscalização relativa à disponibilização, venda e consumo de bebidas alcoólicas em locais públicos e em locais abertos ao público (DL n.º 50/2013, de 16 de abril), em 2014 foram alvo de fiscalização 7 312 estabelecimentos comerciais, tendo sido registadas 728 infrações. Foram aplicadas 87 contraordenações relacionadas com a disponibilização ou venda a menores, ao abrigo das alíneas a) e b) do n.º 1 do art.º 3.º do referido Decreto-Lei.

Para além do já referido sobre os níveis de consumo de bebidas alcoólicas em Portugal, são de destacar também, ao nível dos mercados, alguns dados relativos à introdução no consumo de bebidas alcoólicas em Portugal Continental. Em 2014, a cerveja, os produtos intermédios e as bebidas espirituosas representaram respetivamente 95,1%, 3,3% e 1,6% do volume total de vendas no conjunto dos três segmentos de bebidas, proporções próximas às registadas em 2013. Em relação a 2013, a cerveja registou uma redução (-5,1%), observando-se um aumento no segmento dos produtos intermédios (+4,3%) e no das bebidas espirituosas (+0,2%), com vendas respetivamente de cerca de 4,5 milhões de hectolitros e, de 158,1 e de 75,1 mil hectolitros.

Em 2014, a taxa do imposto aumentou 5% nas bebidas espirituosas e nos produtos intermédios, e 0,9% na cerveja, continuando a taxa do imposto aplicável ao vinho e a *outras bebidas fermentadas, tranquilas e espumantes* a ser de € 0,00. As receitas fiscais do IABA no conjunto dos três segmentos de bebidas alcoólicas foram de 176,1 milhões de euros em 2014, contribuindo as bebidas espirituosas com 95,8 milhões de euros, a cerveja com 69,3 milhões e os produtos intermédios com 11 milhões de euros. O aumento pelo segundo ano consecutivo do total destas receitas fiscais considerando os três segmentos de bebidas alcoólicas (+2,2% entre 2013 e 2014 e +2,7% entre 2012 e 2013), foi devido sobretudo ao aumento das receitas das bebidas espirituosas.

